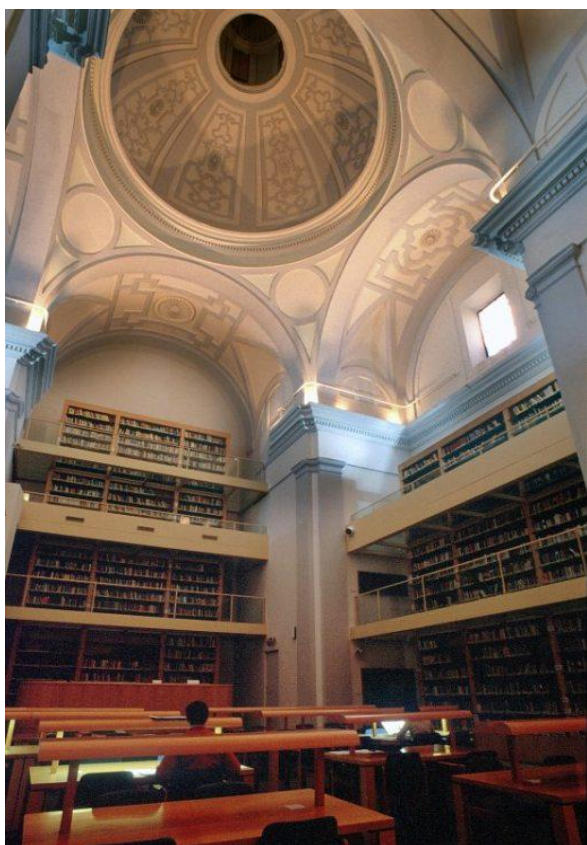


**À guisa de um debate: um estudo sobre a vertente marxista da
dependência**



**Maíra Machado
Bichir**

À guisa de um debate: um estudo sobre a vertente marxista da dependência

Maíra Machado Bichir



Estos documentos de trabajo del IELAT están pensados para que tengan la mayor difusión posible y que, de esa forma, contribuyan al conocimiento y al intercambio de ideas. Se autoriza, por tanto, su reproducción, siempre que se cite la fuente y se realice sin ánimo de lucro. Los trabajos son responsabilidad de los autores y su contenido no representa necesariamente la opinión del IELAT. Están disponibles en la siguiente dirección: [Http://www.ielat.es](http://www.ielat.es)

Instituto de Estudios Latinoamericanos
Universidad de Alcalá
C/ Trinidad 1
Edificio Trinitarios
28801 Alcalá de Henares – Madrid
www.ielat.es
ielat@uah.es

Equipo de edición:
M^{ra}. Cecilia Fuenmayor
Mercedes Martín Manzano
Eva Sanz Jara
Inmaculada Simón
Vanessa Ubeira Salim
Lorena Vásquez González
Guido Zack

Consultar normas de edición en el siguiente enlace:
<http://www.ielat.es/inicio/repositorio/Normas%20Working%20Paper.pdf>

DERECHOS RESERVADOS CONFORME A LA LEY
Impreso y hecho en España
Printed and made in Spain
ISSN: 1989-8819

Consejo Editorial

UAH

Diego Azqueta
Concepción Carrasco
Isabel Garrido
Carlos Jiménez Piernas
Manuel Lucas Durán
Diego Luzón Peña
José Luis Machinea
Pedro Pérez Herrero
Daniel Sotelsek Salem

Unión Europea

Sergio Costa (Instituto de Estudios Latinoamericanos,
Universidad Libre de Berlín, Alemania)
Ana María Da Costa Toscano (Centro de Estudios
Latinoamericanos, Universidad Fernando
Pessoa, Porto, Portugal)
Georges Couffignal (Institute des Haute Etudes de
L'Amérique Latine, Paris, Francia)
Leigh Payne (Latin American Centre and Brazilian
Studies Programme, Oxford, Gran Bretaña)

América Latina y EEUU

Juan Ramón de la Fuente (Universidad Nacional
Autónoma de México, México)
Eduardo Cavieres (Pontificia Universidad Católica de
Valparaíso, Chile)
Eli Diniz (Universidad Federal de Río de Janeiro,
Brasil)
Carlos Marichal (El Colegio de México, México)
Armando Martínez Garnica (Universidad Industrial
de Santander, Bucaramanga, Colombia)
Marcos Neder (Trench, Rossi e Watanabe Advogados
Sao Paulo, Brasil)
Peter Smith (Universidad de California, San Diego,
EEUU)
Francisco Cueto (Facultad Latinoamericana de
Ciencias Sociales –FLACSO-, República
Dominicana)

À guisa de um debate: um estudo sobre a vertente marxista da dependência

Maíra Machado Bichir *

Resumo:

O presente artigo dirige seu foco ao estudo do pensamento dependentista, e em particular, à vertente marxista da “Teoria” da Dependência, a qual se constitui enquanto perspectiva de análise sobre a problemática do subdesenvolvimento e da dependência latino-americana. Assim, os objetivos da investigação consistem na apresentação e discussão dos antecedentes da “Teoria” da Dependência – os movimentos históricos, econômicos, políticos e sociais referentes à sua formulação –, seu papel dentro da história do pensamento latino-americano, seus interlocutores intelectuais e políticos, bem como sua estrutura de pensamento.

* Mestranda do programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. Graduou-se em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil; Integra atualmente o Grupo de Pesquisa Marxismo e Pensamento Político e sua pesquisa de mestrado contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Contacto: mairabichir@hotmail.com

I. Introdução

A constituição do pensamento dependentista está inscrita em um momento histórico de profundas mudanças no sistema internacional, mudanças essas que se manifestaram concretamente tanto nas dimensões política, econômica e social latino-americanas¹, quanto na efervescência intelectual produzida nessa mesma região. Se por um lado as duas grandes guerras mundiais e, principalmente, a crise de 1929 significaram a reestruturação das economias desses países, por outro impulsionaram debates intensos acerca da problemática desenvolvimento/subdesenvolvimento, conjugando a emergência de um olhar propriamente latino-americano à realidade que tinha lugar naquele período. As mudanças instauradas a partir desse período abrem uma nova fase na América Latina, caracterizada pelo processo de industrialização, a qual avança até meados da década de 1950, quando reconfigurações na ordem mundial, articuladas aos limites e problemáticas internas aos países da região repercutem em uma profunda crise do capitalismo dependente latino-americano, crise essa que se manifesta politicamente na polarização entre revolução e contra-revolução.

Em meio à complexa conjuntura que vivia a América Latina, marcada por possibilidades e incertezas, e às discussões político-teóricas dela emergidas, desenvolveu-se o pensamento dependentista, o qual buscou responder às questões que estavam colocadas na trajetória histórica da região. Quais as raízes do subdesenvolvimento nos países latino-americanos? Quais as perspectivas futuras para suas economias e sociedades? Os levantes sociais que se multiplicavam desde a década de 1950 conduziram à estruturação de uma nova ordem latino-americana? Essas e diversas outras temáticas envolviam as mentes daqueles que se debruçavam sobre a análise da realidade que os circunscrevia, motivando discussões intelectuais e teóricas acaloradas, e, mais ainda, fortes embates políticos.

O presente artigo dirige seu foco ao estudo do pensamento dependentista, e em particular, à vertente marxista da “Teoria”² da Dependência, a qual se constitui como perspectiva analítica da problemática da dependência latino-americana. Assim, os objetivos da investigação consistem na apresentação y discussão dos antecedentes da “Teoria” da Dependência – os movimentos históricos, econômicos, políticos e sociais referentes à sua formulação –, seu papel dentro da história do pensamento latino-americano, seus interlocutores intelectuais e políticos, bem como sua estrutura

¹ Adota-se aqui a perspectiva da América Latina como um todo, ainda que heterogêneo, na medida em que se busca ressaltar o compartilhamento de um passado colonial e de sua inserção na divisão internacional do trabalho comuns e afirmá-la como região não apenas geográfica, mas, fundamentalmente política.

² O termo teoria aparece aqui entre aspas na medida em que ele é objeto de debates não apenas entre os próprios autores dependentistas, mas também entre os estudiosos desse pensamento e da temática da dependência. Embora se questione o estatuto teórico da dependência, tal denominação reflete o modo pelo qual tal pensamento se difundiu na América Latina e nos demais países do mundo. Uma visualização dessa problemática é possível a partir das seguintes obras: Cardoso (1970); Weffort (1978); Marini (1994); Moraes (2010).

de pensamento.

A relevância da presente investigação se justifica uma vez que o pensamento produzido no interior da vertente marxista da dependência possui um grande relevo no debate latino-americano e mundial sobre o desenvolvimento. Suas críticas às teorias da modernização e ao desenvolvimentismo cepalino introduziram, graças à sua caracterização do capitalismo dependente, uma nova noção, uma nova visão acerca do “subdesenvolvimento” latino-americano: A dependência e o subdesenvolvimento latino-americano são estudados segundo uma nova perspectiva da teoria do imperialismo, ou seja, a partir do olhar dos países dependentes. (SANTOS, 1970)

Embora o pensamento daqueles autores tenha se difundido para diversas regiões do mundo, o mesmo encontra pouca interlocução na academia brasileira. Desde sua constituição até recentemente, os escritos de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos gozaram de reduzida recepção e repercussão no ambiente acadêmico brasileiro, e tais autores foram objetos de escassas interpretações e análises no Brasil³.

O trabalho está dividido em quatro seções, sendo que a primeira tem como objetivo apresentar uma contextualização do processo histórico-concreto, bem como uma caracterização dos movimentos políticos e intelectuais que antecederam a formulação das teses dependentistas; a segunda se dedica ao estudo do processo de constituição da “Teoria” da Dependência; a terceira consiste em um breve esforço de sistematização dos principais elementos que conformam o pensamento da vertente marxista da dependência. Finalmente, a última seção corresponde às considerações finais acerca do trabalho exposto.

1. Antecedentes da “Teoria” da Dependência

O período que se estende do início da Primeira Guerra Mundial até o final da década de 1950 está associado a modificações no padrão de comércio internacional, as quais implicaram repercussões nas estruturas políticas e econômicas dos países latino-americanos. O contexto da Primeira Guerra significou para tais países a redução da

³ Nos últimos anos, entretanto, tem-se produzido um esforço de resgate no Brasil do debate sobre a “Teoria” da Dependência, e em especial sobre a vertente marxista da dependência. Alguns trabalhos que refletem tal esforço podem ser aqui citados: CORREA PRADO, Fernando (2011). “História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”. In: *XVI Encontro Nacional de Economia Política - Dilemas do desenvolvimento brasileiro*, Uberlândia. Anais XVI Encontro Nacional de Economia Política - Dilemas do desenvolvimento brasileiro; CORREA PRADO, Fernando; MEIRELES, Monika. “Teoria da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos”. In: Rodrigo Castelo Branco. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. 1 ed. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, v. 1, p. 169-190; BUENO, F. M.; SEABRA, Raphael (2010). “O pensamento de Ruy Mauro Marini e a atualidade do conceito de superexploração do trabalho”. In: *IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina*, Londrina-PR. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina; BICHR, Maíra Machado (2009). “Da CEPAL à Teoria da Dependência: as mutações de um conceito”. In: *II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas*, São Paulo. Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa; LUCE, Mathias Seibel (2008). “La expansión del subimperialismo brasileño”, *Patria Grande*, v. n.9, p. 48-67.

demanda por seus produtos primários no mercado internacional, a redução dos investimentos diretos⁴ da Europa na América Latina e a cobrança de dívidas relacionadas a empréstimos feitos pelos países europeus, o que se refletiu em dois desequilíbrios na região: i) na queda no valor absoluto do comércio, a qual implicou numa diminuição das receitas de exportação e no declínio dos ingressos de capital; ii) no desajuste interno, provocado pela queda da receita do Estado. (BULLMER-THOMAS, 2005) Tais movimentos instauraram uma crise financeira interna em muitas economias latino-americanas, visto que suas estruturas produtivas estavam voltadas quase que exclusivamente para a exportação de bens primários.

A profunda depressão que assolou o sistema internacional de nações em 1929 ao mesmo tempo em que produziu grandes transformações nas economias internas de cada país e no relacionamento comercial estabelecido entre estes, foi responsável por introduzir questionamentos ao pensamento econômico vigente e dominante até aquele momento. O liberalismo clássico, que havia conduzido as escolhas e as orientações econômicas dos países ao longo de quase dois séculos, é criticado e atacado em suas principais bases, e é substituído pelas idéias e pressupostos do pensamento keynesiano emergente. Os princípios do livre-comércio, da autoregulação da economia, do papel coadjuvante do Estado nos ordenamentos econômicos, do *laissez-faire* cedem espaço a políticas de revalorização do papel do Estado, demonstradas no retorno do intervencionismo e do protecionismo econômico.

É nesse contexto que tem lugar o impulso à industrialização na América Latina, o que representou uma profunda alteração nos marcos econômicos da região. Deste modo, a crise de 1929, atrelada aos efeitos das duas grandes Guerras Mundiais, estimulou a passagem de um desenvolvimento econômico voltado para fora para um desenvolvimento direcionado para dentro, dando início ao processo de industrialização nacional nos países latino-americanos.

A política de industrialização, ancorada no modelo de substituição de importações, começou a ser implementada no final da década de 1920, tendo sido viabilizada, dentre outros fatores, pela mudança ocorrida no setor de exportações no início do século XX. Estimulou-se uma transferência dos ganhos de produtividade do setor exportador para a economia não-exportadora, o que permitiu o desenvolvimento de manufaturas direcionadas para o mercado interno, substituindo, desse modo, a importação de bens de consumo em alguns países. Dessa forma, já no início da década de 1930 era possível vislumbrar a formação de setores industriais na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru, países que possuíam um mercado interno em potencial. (BULLMER - THOMAS, 2005)

Com o advento da II Guerra Mundial tem lugar um aprofundamento daquele processo. Na medida em que a crescente demanda por bens primários refletiu um aumento das exportações latino-americanas, foi possível um acúmulo de reservas na região, reservas essas que foram empregadas nos setores industriais daqueles países. (THORP, 2005) De acordo com Donghi, a II Guerra Mundial teve um papel ainda maior

⁴ Os investimentos diretos, nesse período, estavam concentrados fundamentalmente nos setores de infraestrutura dos países da América Latina, em geral em atividades vinculadas à exportação - transportes, energia elétrica.

do que a crise de 1929 no estímulo proporcionado ao processo de industrialização na região. (DONGHI, 1976, pp. 380-381)

Cumprе salientar que a substituição de importações na região, apesar de constituir uma experiência comum da América Latina, não se deu de maneira homogênea, nem concomitante. Tal fato se deve às peculiaridades internas de cada país, que determinavam a dinâmica e a configuração das economias nacionais, o que se refletiu nos diferentes níveis de industrialização e na participação das manufaturas no Produto Interno Bruto (PIB) de cada país. (FFRENCH-DAVIS, MUÑOZ, PALMA, 2005).

Em meio a esse contexto de transformações, impulsionadas pelos avanços industriais na região, adquire relevo a temática do desenvolvimento na América Latina. Os debates, que até aquele momento se estruturavam em torno de interpretações produzidas na Europa e nos Estados Unidos⁵, passam a refletir formulações essencialmente latino-americanas, fundamentadas em um esforço de revisão crítica das análises dominantes presentes nos estudos sobre desenvolvimento econômico ao longo das décadas de 1940 e 1950⁶.

A temática do desenvolvimento começa a assumir contornos no final da II Guerra Mundial, em um contexto no qual a problemática do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos passa a constituir objeto de estudo e de preocupação da intelectualidade européia e estadunidense. (AGARWALA e SINGH, 1969, p. 10) No interior desse movimento, trabalhos como os de Walt Whitman Rostow e o de William Artur Lewis, publicados na década de 1950, notabilizaram-se entre os demais escritos e conformaram, ao lado das obras de Ragnar Nurkse e de Paul N. Rosenstein-Rodan, uma tradição de pensamento que se tornou conhecida como Teoria(s) do Desenvolvimento ou Teoria(s) da Modernização.

No modelo formulado por Rostow (1974, p. 16), o processo de desenvolvimento econômico está associado a um conjunto de etapas - a sociedade tradicional; as condições para o arranco; o arranco; a marcha para a maturidade; e a era do consumo de massa.

William Arthur Lewis, por sua vez, ao se propor a investigar “até que ponto as variações que ocorreram nos países mais ricos quando se desenvolveram podem repetir-se nos países mais pobres, se se desenvolverem” (1960, p. 22), identifica a existência de causas imediatas ao desenvolvimento: esforço para economizar; aumento do conhecimento e de sua aplicação; expansão do volume de capital ou de recursos outros por habitante, bem como enfatiza a necessidade de compatibilização de instituições e crenças ao desenvolvimento econômico. (LEWIS, 1960, pp. 13-14)

O desenvolvimento, na perspectiva dos “teóricos do desenvolvimento”, é concebido como sinônimo de crescimento econômico e pode ser avaliado e medido a partir dos indicadores sócio-econômicos de cada país. A condição de

⁵ Faz-se referência aqui às interpretações sobre o desenvolvimento associadas tanto à teoria econômica clássica, de David Ricardo, quanto ao pensamento de estudiosos das denominadas Teorias do Desenvolvimento ou Teorias da Modernização.

⁶ Tal esforço é protagonizado principalmente pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), por meio dos escritos de Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, entre outros.

subdesenvolvimento, por sua vez, é atribuída às debilidades internas econômicas, sociais e políticas desses mesmos países, debilidades essas explicitadas no texto de Lewis, como a escassez de capital, a instabilidade das instituições, a debilidade tecnológica, entre outras. (LEWIS, 1960, p. 25) Outra semelhança fundamental diz respeito ao ponto de partida compartilhado por estes autores, qual seja a visão de mundo e da realidade concreta expressa em suas obras, cujos fundamentos se ancoram em experiências e modelos de desenvolvimento próprios dos países industrializados e desenvolvidos. Nesse sentido, os países subdesenvolvidos são analisados a partir das mesmas chaves explicativas utilizadas para a compreensão do desenvolvimento dos países industrializados.

A influência que o debate acerca do desenvolvimento e da modernização dos países subdesenvolvidos, gestado no pensamento europeu e estadunidense, exerceu no pensamento latino-americano explicita-se nas concepções produzidas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), comissão regional criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948.

O estruturalismo latino-americano, nomenclatura por meio da qual ficou conhecido o pensamento desenvolvido no âmbito da CEPAL, foi responsável por imputar uma crítica profunda à teoria econômica clássica das vantagens comparativas de David Ricardo, à qual se filiava uma grande parcela das análises acerca do desenvolvimento econômico. Raúl Prebisch, ao analisar o papel ocupado pela América Latina na divisão internacional do trabalho e as possibilidades de desenvolvimento que se colocavam para os países da região, contrapôs-se à noção de que a especialização dos países em determinadas atividades implicaria, por meio do comércio internacional, em benefício mútuo para o conjunto dos países, presente na tese defendida por Ricardo (1996, p. 97).

Prebisch chamou atenção para o desequilíbrio existente na difusão do progresso técnico para os países industrializados e para os países produtores de bens-primários. Enquanto nos países centrais têm lugar uma distribuição gradual do fruto do progresso técnico entre todos os grupos sociais e classes sociais, nos países da periferia explicitam-se diferenças profundas nos níveis de vida de sua população e da população dos países industrializados. A industrialização nos países periféricos se apresentaria, segundo o autor, como único meio de elevação progressiva do nível de vida das massas, visto que possibilitaria de fato a captação de parte dos frutos do progresso técnico. (PREBISCH, 1986, p. 479)

A crítica imputada à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, introduzida por Raúl Prebisch, ao mesmo tempo em que significou uma ruptura com a interpretação econômica dominante até o momento e a constituição de uma nova concepção acerca do padrão de relacionamento entre os países no comércio internacional, repercutiu concretamente nas políticas implementadas pelos governos da região⁷. A influência das premissas de Raúl Prebisch e das formulações desenvolvidas no interior da CEPAL foi sentida em países como Argentina, Brasil, Chile,

⁷ Na mesma medida em que as idéias formuladas por Raúl Prebisch e pelos demais integrantes da CEPAL refletem o processo de industrialização que se estabelecia na América Latina, as políticas de governo desses países expressavam a recepção daquele pensamento na prática.

México e Uruguai, onde “o desenvolvimentismo se converte na ideologia dominante e na matriz por excelência das políticas públicas” (MARINI, 1992, p. 80).

O avanço do processo de industrialização latino-americana está inscrito em um contexto mais amplo de expansão e aceleração tanto da circulação do capital produtivo quanto da circulação do capital dinheiro, bem como de reestruturação da economia mundial, conduzida pelos Estados Unidos no pós-guerra. (MARINI, 1977) Tais mudanças se refletem em um reordenamento da divisão internacional do trabalho, em que a estrutura centro-periferia, caracterizada pela CEPAL como um intercâmbio desigual entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, em que os primeiros exportavam produtos manufaturados à periferia e os últimos, matérias-primas e alimentos ao centro, complexifica-se em função do papel cada vez mais decisivo assumido pela indústria em alguns países como Argentina, Brasil e México. O efeito produzido por tal mudança foi “(...) *un reescalamiento, una jerarquización de los países capitalistas en forma piramidal y, por consiguiente, el surgimiento de centros medianos de acumulación – que son también potencias capitalistas medianas (...)*”. (MARINI, 1977, p. 08)

Esse contexto de reestruturação da economia capitalista mundial e de expansão monetária, permitiu aos Estados Unidos a ampliação de sua capacidade de acumulação, impulsionando, nesse país, um acelerado processo de monopolização de capital⁸. Como expressões concretas dessa monopolização de capital emergem as transnacionais ou multinacionais⁹, empresas que possuem 25% ou mais de seu investimento, produção, emprego ou vendas no exterior, e dentro das quais há a integração de capitais nacionais a movimentos de fusões, trustes e acordos internacionais. (MARINI, 1977)

A ampliação e fortalecimento das empresas transnacionais estão vinculados à rentabilidade que seus investimentos implicam, critério esse dentro do qual estão incluídos a infra-estrutura de transportes, as matérias-primas, a energia e principalmente o custo da mão-de-obra e o mercado interno disponível. No interior desse movimento que se manifesta na expansão dos investimentos diretos, principalmente por parte dos Estados Unidos, a América Latina conforma-se como uma das principais receptoras dessas inversões. (MARINI, 1977)

Os investimentos estrangeiros diretos e, em maior medida, os investimentos provenientes dos EUA na região, proporcionaram, segundo Marini, o fortalecimento da indústria manufatureira de países como Argentina, México e Brasil. Marini (1977) identifica nesse processo a internacionalização do sistema produtivo nacional dos países latino-americanos. Articulado a essa consequência está o aprofundamento do processo de concentração e centralização do capital naqueles países; impactos negativos sobre a classe trabalhadora, bem como alterações nas estruturas produtivas

⁸ A extensa massa de capital acumulada pelos monopólios estadunidenses reverteu-se, em grande medida, em reinvestimentos diretos no exterior e em investimentos em títulos. Marini afirma que no ano de 1968, 61% do total de investimentos diretos mundiais correspondiam ao capital estadunidense.

⁹ Marini empresta de Sidney y Damm a definição de multinacionais. Cit. Chapoy, A. “Las empresas multinacionales y América Latina”, em *Corporaciones multinacionales en América Latina*. Ed. Periferia, Buenos Aires, 1973.

latino-americanas¹⁰.

A industrialização latino-americana, conduzida através do modelo de substituição de importações e influenciada pelos preceitos cepalinos, embora tenha representado profundas alterações na estrutura econômica daqueles países, enfrentou grandes entraves e obstáculos à sua consecução. A própria CEPAL, ao longo da década de 1960, a partir da análise da evolução do processo industrial na região, empenhou-se na busca por explicações às dificuldades encontradas por cada país na concretização de sua produção industrial nacional. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 37)

Embora o processo de substituição de importações tenha se constituído enquanto forma característica de desenvolvimento de alguns países latino-americanos¹¹ durante as décadas de 1930-1950, elementos tanto de ordem econômica, quanto de ordem política questionaram a sobrevivência desse modelo de desenvolvimento econômico. (SUNKEL; PAZ, 2005, p. 76) Ao analisar os rumos do modelo de substituição de importações à luz dos eventos históricos daquele período, Sunkel e Paz sublinham que

Si bien es cierto que la expansión industrial, sobre todo en países más grandes de área, alcanzó ritmos y dimensiones considerables, no lo es menos que tiende a agotarse en los últimos años, de modo que el ritmo de desarrollo viene decayendo. La política redistributiva hace crisis en la medida que la economía no expande con rapidez suficiente para atender las crecientes necesidades de los sectores ingresos medios y bajos (...) El proceso de industrialización no parece haber conseguido la incorporación creciente de las masas rurales desplazadas y de los sectores urbanos de bajos ingresos a la esfera de la actividad económica moderna (...) Por otro lado, el estancamiento del sector rural, de las exportaciones y del proceso de industrialización durante la última década se tradujeron en una disminución del ritmo de crecimiento del ingreso. (...) de este modo hace crisis la alianza que existió entre los empresarios, los sectores medios urbanos y los obreros organizados durante el período de expansión industrial (SUNKEL; PAZ, 2005, pp. 76-77)

O desenvolvimento industrial nacional, ao se tornar mais complexo, significava, naquelas economias, maior dependência tecnológica, assim como pressupunha a necessidade, cada vez mais premente, de entrada de insumos externos e financiamento estrangeiro. (FALETTTO, 1998) A política de substituição de importações, nesse sentido, não lograra a redução da vulnerabilidade das economias latino-americanas aos choques externos nem a diminuição de suas limitações de divisas. (FFRENCH-DAVIS, MUÑOZ, PALMA, 2005)

Para Marini, a crise que se configurou na maioria dos países latino-americanos, na década de 1960, foi uma crise de acumulação e de realização da produção, a qual se manifestou “por um lado, no estrangulamento da capacidade para importar os elementos materiais necessários para o desenvolvimento do processo de produção e, por outro, nas restrições encontradas para a realização da produção”. (MARINI, 1992, p. 80) As motivações dessa crise encontravam raízes no fato de a industrialização haver sido conduzida sobre as bases da “velha economia

¹⁰ As modificações instauradas nas estruturas industriais latino-americanas dizem respeito à produção de bens suntuários nesses países, i.e., bens que apenas um estrato muito limitado de suas populações pode consumir. Assim, negligenciam-se as necessidades concretas de consumo das sociedades latino-americanas.

¹¹ De acordo com Theotônio dos Santos, “a industrialização se afirmou, sobretudo, no Brasil, México, Argentina, e, em parte, no Chile e na Colômbia”. (SANTOS, 2000, p. 74)

exportadora¹², isto é, sem acudir a reformas estruturais capazes de criar um espaço econômico adequado ao crescimento industrial”. (MARINI, 1992, p. 80)

Os setores industriais latino-americanos, que começaram a se fortalecer no final da década de 1920, não conseguiram atingir a auto-suficiência, permanecendo, em grande medida, vinculados aos auspícios da economia internacional através das exportações de bens primários e das dívidas contraídas via empréstimos estrangeiros. As divisas necessárias à manutenção da capacidade de importar, advindas das exportações latino-americanas, continuavam sujeitas “à tendência secular da deterioração das relações de troca, já diagnosticada pela CEPAL”. (MARINI, 1992, p. 81) Dessa forma, uma queda nas importações de produtos primários latino-americanos pelos países centrais, representava necessariamente a redução das exportações latino-americanas, comprometendo a consecução do processo de substituição de importações na região. Por outro lado, os investimentos diretos, os empréstimos e financiamentos estrangeiros, que constituíam, ao lado das exportações de bens primários, uma fonte de divisas para o processo de substituição de importações, começaram a restringir, em certa medida, a capacidade importadora da América Latina, uma vez que os lucros obtidos no mercado internacional, deveriam se converter “em divisas, que teriam que ser subtraídas ao montante obtido com as transações externas”. (MARINI, 1992, p. 82)

Essa crise do capitalismo dependente, manifestada no esgotamento do desenvolvimento latino-americano, expressava, segundo Vânia Bambirra (1971, p. 38), as contradições decorrentes do fato de o processo de industrialização latino-americano ter se desenvolvido nos marcos da integração monopólica mundial, contradições essas que se refletiam na

disminución del ritmo de crecimiento en las tasas de capacidad instalada no utilizada de las industrias, en el crecimiento de los índices de desempleo, en el aumento de la deuda externa junto con la acentuada descapitalización de las economías nacionales provocada por las enormes remesas de capitales hacia el exterior, bajo la forma de exportación de ganancias, royalties, servicios, etcétera. (BAMBIRRA, 1971, p. 38)

Como respostas à profunda crise que havia se instaurado na América Latina, têm lugar lutas sociais e políticas em diversos lugares do continente, processos esses que contestavam o modo de produção capitalista e que propunham uma ruptura com a ordem estabelecida.

(...) el ascenso de las luchas sociales en la región se registró de manera ininterrumpida, provocando una radicalización política que cristalizó, en un polo, en la Revolución Cubana, a fines de la década y, en el otro, en las dictaduras militares que, a partir del golpe militar de 1964 en Brasil, se implantaron en diversos países. (MARINI, 1999, p. 12)

Como expressões do ascenso do movimento popular na década de 1960 na região latino-americana Vânia Bambirra, em seu artigo *Diez años de insurrección en América Latina*, elenca: a formação de novas organizações de esquerda no Brasil, como

¹² Donghi ressalta alguns obstáculos impostos pelo setor primário à política desenvolvimentista e aos esforços de industrialização latino-americana. Este setor foi responsável por obstruir tanto a consecução da reforma agrária, necessária à elevação da capacidade produtiva dos países e à expansão da demanda interna, quanto a edificação de estruturas industriais modernas, já que se mostrava resistente a financiar os custos da industrialização na região. (DONGHI, 1976)

a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) e a Ação Popular e a resistência popular ao golpe militar de 1961 no Brasil; a instalação do movimento guerrilheiro na Guatemala entre 1961 e 1963; a formação da Frente Sandinista de Libertação Nacional, em 1961, na Nicarágua; o início de um movimento insurrecional na Venezuela, em 1962; o novo caráter assumido pelo movimento camponês na Colômbia e o surgimento das guerrilhas nesse mesmo país; o movimento camponês no sul do Peru, a formação do *Movimiento Izquierda Revolucionária* (MIR) e da *Frente Izquierda Revolucionária* (FIR) no Peru, bem como as ações guerrilheiras peruanas; tentativas de guerrilhas em países como Paraguai, Argentina, Equador, Honduras e Brasil entre os anos de 1960 a 1963. (BAMBIRRA, 1971, p. 32)

Frente aos levantes insurrecionais populares e às organizações políticas de esquerda latino-americanas se ergueram as classes dominantes, em um esforço de contenção das mobilizações populares por meio da repressão, da perseguição política, entre outras medidas contra-insurgentes, o que teve seu cume com a instauração de golpes militares na região.

É precisamente nesse contexto de mudanças na realidade econômica e social e de efervescência política que têm lugar no campo do pensamento latino-americano debates e críticas ao desenvolvimentismo, ideologia produzida no âmbito da CEPAL e da qual se apropriou a burguesia industrial latino-americana, a qual passa a sofrer duros ataques, sendo questionada política e intelectualmente. Gesta-se nesse momento, uma nova tradição de pensamento latino americano, que passaria a ser conhecida como dependentista.

2. Emergência e constituição da “Teoria” da Dependência

A emergência do pensamento dependentista está ancorada no Chile, em Santiago, cidade onde estavam fixadas instituições como a CEPAL, o Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), órgão da CEPAL, e centros universitários como o Centro de Estudos Sócio-econômicos (CESO), o Instituto de Economia e o Instituto de Sociologia, da Universidade do Chile, onde se reuniram estudiosos de diversos países latino-americanos¹³, permitindo um ampliado intercâmbio intelectual e de experiências político-sociais. (FALETTO, 1998) O protagonismo do Chile nesse processo é ressaltado por Ruy Mauro Marini:

A partir de 1968, concomitantemente à generalização dos golpes militares e ao avanço da repressão no continente, a intelectualidade de esquerda começa a convergir para o Chile, que conservava intacto seu regime democrático e que acaba por converter-se no *locus* privilegiado de elaboração da nova teoria. (MARINI, 1992, p. 88)

Tendo sido formulada em meio às discussões sobre o fracasso do projeto desenvolvimentista latino-americano e em um momento de questionamento da ordem social e econômica capitalista, sobretudo pelo movimento revolucionário cubano, de 1959, a “Teoria” da Dependência trazia em seu bojo, de acordo com Enzo Faletto (1998, p. 110), duas grandes questões: o debate sobre as motivações do atraso latino-americano (ele seria resultado das condicionantes internas ou externas?) e a discussão sobre qual o melhor meio para atingir o desenvolvimento (através de

¹³ Muitos desses estudiosos haviam sido exilados de seus países, como era o caso de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, todos exilados após o golpe militar de 1964, no Brasil.

modelos já existentes ou de um modelo próprio?). Nesse sentido, tal pensamento representou

um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas (...) (SANTOS, 2000, p. 26)

A “Teoria” da Dependência ou “Teorias” da Dependência, entendida como parte integrante da história das idéias latino-americanas (FALETTTO, 1998, p. 109) e como “corrente estruturada de pensamento”, constituiu-se a partir de um conjunto de trabalhos formulados ou publicados entre os anos de 1964 e 1967, os quais impulsionaram um intenso debate intelectual na região. (MARINI, 1992, p. 88) Participaram ativamente dessa construção dois grupos de estudiosos que, ao longo de sua trajetória, distanciaram-se e opuseram-se em discussões acaloradas acerca do caráter dependente do capitalismo latino-americano. De um lado, o brasileiro Fernando Henrique Cardoso e o chileno Enzo Faletto, integrantes do ILPES, sintetizaram sua interpretação a respeito do desenvolvimento econômico latino-americano na obra, que se tornaria mundialmente conhecida, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, escrita entre 1966 e 1967, e de outro, o alemão André Gunder Frank e os brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, membros do CESO, publicaram textos, também amplamente difundidos em diversos países, como *The development of underdevelopment*, de 1966, *Subdesarrollo y revolución*, de 1967, *Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano*, de 1968 e *El capitalismo dependiente latinoamericano*, de 1972, respectivamente.

Embora estes grupos tenham rivalizado em seus estudos acerca da realidade econômica, política e social latino-americana, tanto no que diz respeito à opção metodológica, quanto no que tange às implicações políticas de suas teses, ambos assumiram uma posição crítica em relação ao pensamento cepalino, na medida em que ressaltavam que a industrialização nos países latino-americanos não havia se consolidado como matriz de um desenvolvimento econômico nacional autônomo, e mais ainda, ela teria aprofundado os laços de dependência¹⁴ da região em relação ao centro desenvolvido. (CARDOSO; FALETTTO, 2004 [1970]; MARINI, 2000 [1973]) A compreensão acerca do fenômeno da dependência, constitui-se, para tais autores, como elemento estruturante de suas análises, orientando suas interpretações acerca da realidade concreta latino-americana. Ruy Mauro Marini afirma que a dependência deve ser entendida como “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. (MARINI, 2000 [1973], p. 109). Tal concepção é compartilhada tanto por Theotônio dos Santos quanto por Vânia Bambirra, sendo que para o primeiro, o caráter condicionante da dependência se revelaria no condicionamento da economia de determinados países ao desenvolvimento e expansão da economia à qual tais países estão submetidos (SANTOS, 1972 [1968], p. 45) e para a última, a dependência poderia ser utilizada

¹⁴ A problematização da dependência latino-americana não é inaugurada pelos dependentistas. Celso Furtado, em sua obra *Uma economia dependente*, de 1956, utiliza o termo “dependente” para caracterizar a economia brasileira. Nessa obra, Furtado considera a economia brasileira “dependente do comércio exterior” (pp. 22-23) e “dependente das exportações primárias” (p. 65).

enquanto

*categoría analítico-explicativa fundamental de la conformación de las sociedades latino-americanas y, a través de ella, de definir el carácter **condicionante concreto** que las relaciones de dependencia entre el centro-hegemónico y países periféricos tuvieron en el sentido de conformar determinados tipos específicos de estructuras económicas, políticas y sociales atrasadas y dependientes.* (BAMBIRRA, 1979 [1973], pp. 7-8)

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, por sua vez, admitem que a dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou consumidores (CARDOSO; FALETTTO, 2004 [1970], p. 39)

Ao mesmo tempo, é possível vislumbrar, segundo Magnus Blomström e Björn Hettne, economistas suecos e estudiosos da “Teoria” da Dependência, a convergência daqueles autores em torno de algumas questões importantes, quais sejam:

- i) El subdesarrollo está conectado de manera estrecha con la expansión de los países capitalistas industrializados.*
- ii) El desarrollo y el subdesarrollo son aspectos diferentes del mismo proceso universal.*
- iii) El subdesarrollo no puede ser considerado como la condición primera para un proceso evolucionista.*
- iv) La dependencia, sin embargo, no es solo un fenómeno externo sino que también se manifiesta bajo diferentes formas en la estructura interna (social, ideológica y política)* (BLOMSTRÖM, HETTNE, 1990, p.15)

Ao nos debruçarmos sobre os escritos dos “teóricos” da dependência e de estudiosos que têm como objeto de análise essa “teoria”, é possível notar grandes discordâncias e variações no que tange à classificação das distintas vertentes da “Teoria” da Dependência. O debate em torno da classificação das vertentes do pensamento dependentista e de sua heterogeneidade conceitual permite que autores e estudiosos se refiram a essa tradição intelectual como “Teorias” da Dependência, ressaltando seu caráter multifacetado.

Para João Manuel Cardoso de Mello, a “Teoria” da Dependência se ramifica em duas vertentes: a primeira, representada por André Gunder Frank; e a segunda, por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto¹⁵. (MELLO, 1994) Luiz Carlos Bresser-Pereira, por sua vez, divide os teóricos da dependência em três vertentes: a da superexploração capitalista, que conta com André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos; a da dependência associada, representada por Fernando Henrique Cardoso; e a do nacional-desenvolvimentismo, tendo como teóricos Celso Furtado e ele próprio (BRESSER-PEREIRA, 2005).

Em seu texto A Teoria da Dependência – Balanço e perspectivas (2000), Theotônio dos Santos sugere como tentativa mais acertada de divisão e classificação dos teóricos dependentistas – ainda que passível de críticas – o quadro definido por Magnus Blomström e Björn Hettne. A divisão proposta por estes autores apresenta

¹⁵ João Manuel Cardoso de Mello não atribui qualquer terminologia a essas correntes, realizando apenas uma caracterização de ambas.

quatro subdivisões¹⁶, dentre as quais:

i) corrente crítica ou autocrítica estruturalista dos cientistas sociais ligados à CEPAL, os quais admitem os limites de um projeto de desenvolvimento nacional. Oswaldo Sunkel, Celso Furtado e Raúl Prebisch¹⁷ aparecem como representantes desse grupo. Fernando Henrique Cardoso é considerado, em alguns momentos, como pertencente a essa corrente;

ii) corrente neomarxista, que congrega Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, assim como os demais pesquisadores do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO). Embora André Gunder Frank seja identificado, em algumas ocasiões, como membro dessa vertente, este se afasta do enfoque dialético, presente nos demais neomarxistas, ao negar seu vínculo teórico estreito com o marxismo;

iii) corrente representada por Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, que, segundo os autores, poderia ser caracterizada como uma “corrente marxista mais ortodoxa”, tendo em vista “sua aceitação do papel positivo do desenvolvimento capitalista e da impossibilidade ou não necessidade do socialismo para alcançar o desenvolvimento”;

iv) corrente que se distingue das tradições marxistas ortodoxas e neomarxistas, composta por André Gunder Frank¹⁸. (BLOMSTRÖM e HETTNE, 1984, apud SANTOS, 2000, pp. 27-28)

Fernando Henrique Cardoso, por seu turno, no prefácio à oitava edição de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de 2004, reúne no que ele denomina “escola dependentista” ou “tradição neomarxista” Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank, assim como outros autores como Régis Debray e Eduardo Galeano, e enfatiza a existência de uma aproximação meramente vaga, “por força das coisas”, entre a perspectiva desses autores e a sua e a de Enzo Faletto¹⁹. (CARDOSO; FALETTTO, 2004 [1970], p. 10)

Tendo em vista as distintas classificações e as divisões no interior do pensamento dependentista, optou-se por adotar, ao longo do texto, a terminologia “Teoria” da Dependência, em vez de “Teorias” da Dependência, por identificarmos um ponto de partida comum a todas as vertentes dessa escola de pensamento: o caráter dependente do capitalismo latino-americano. A distinção entre as diferentes vertentes que compõem tal perspectiva, por sua vez, é operada a partir de uma **classificação própria**, pautada em duas dimensões, quais sejam, **teórico-metodológica e política**.

Enquanto no campo teórico-metodológico as análises se vinculam ora ao

¹⁶ Para uma melhor visualização da divisão proposta por Magnus Blomström e Björn Hettne, ver: BLOMSTRÖM e HETTNE, 1990, pp. 77- 104.

¹⁷ Considera-se nessa divisão as obras mais recentes desses autores, referentes ao período pós-1970.

¹⁸ Magnus Blomström e Björn Hettne não apresentam uma nomenclatura específica para a vertente representada por André Gunder Frank.

¹⁹ Fernando Henrique Cardoso afirma que a “escola dependentista” teria “engolido” tanto ele, quanto Enzo Faletto, na medida em que a obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina* teria sido difundida e catalogada como pertencente àquela tradição de pensamento, a qual, segundo Cardoso, sustentava “pontos de vista bem distintos dos nossos” (CARDOSO; FALETTTO, 2004 [1970], p. 10)

ecletismo ora ao marxismo, na dimensão política, identificam-se duas posturas distintas frente à dependência: a primeira está associada à interdependência, e a segunda, ao anti-imperialismo e ao anti-capitalismo. Nesse espectro, André Gunder Frank se vincula, de um lado, ao ecletismo teórico-metodológico, e, de outro, ao anti-imperialismo e ao anti-capitalismo. A primeira classificação se justifica, pois, Frank, ao mesmo tempo em que admite sua participação, em alguma medida, no pensamento neo-clássico, keynesiano e marxista, afirma que seus estudos sobre desenvolvimento não se localizam em nenhum desses campos. (FRANK, 1996) No que se refere ao aspecto político de suas análises sobre o subdesenvolvimento, as obras de Frank estão marcadas pelo enfrentamento ao imperialismo, fenômeno ao qual a dependência estaria intrinsecamente conectada, e pelo compromisso com a ruptura da ordem capitalista. (FRANK, 1966)

Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra são classificados de maneira semelhante: filiam-se ao marxismo, ao adotarem o materialismo histórico-dialético como referencial teórico-metodológico em suas interpretações acerca da realidade concreta latino-americana, e evidenciam, em suas obras, posturas anti-imperialistas e anti-capitalistas, visto que consideram que a superação da dependência latino-americana apenas poderia se dar por meio de uma revolução socialista.

Finalmente, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto compartilham um ecletismo teórico-metodológico e caracterizam a integração entre as economias latino-americanas e o mercado internacional, na década de 1960, como interdependente. Atribui-se tal ecletismo a esses autores tendo em vista o prefácio à edição inglesa de *Dependency and development in Latin America*, escrito por Cardoso e Faletto em 1976, em que ambos realizam uma extensa explanação acerca do método por eles empregado na referida obra. Nele, os autores fazem referência a três tradições distintas do pensamento social: weberiana, marxista e estruturalista (cepalina). Ao mesmo tempo em que ressaltam sua tentativa de restabelecer a tradição intelectual baseada na ciência social compreensiva, afirmam se valer da abordagem dialética para a análise da sociedade, de suas estruturas e de seus processos de mudança. Explicitam, ademais, por meio da opção pelo método histórico-estrutural, sua aproximação com o estruturalismo cepalino. Da perspectiva política, Cardoso e Faletto sugerem a possibilidade de se consolidar uma relação de interdependência²⁰ entre os países latino-americanos “capitalisticamente mais avançados” e o mercado internacional, na qual haveria lugar para um “desenvolvimento-capitalista-associado” das economias latino-americanas. (CARDOSO; FALETTTO, 2004 [1970], pp. 164; 196) A categoria interdependência, introduzida como possibilidade de “dinamizar as nações industrializadas e dependentes da América Latina” (CARDOSO; FALETTTO, 2004 [1970], p. 186), somada à assertiva dos autores sobre a solidarização dos investimentos

²⁰ A passagem em que Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto apresentam a categoria interdependência segue transcrita: “No que concerne à barreira da ‘capacidade de importação’, cabe supor que diminui muito seu significado depois que se forma o setor interno de produção de bens de capital; seria mais um obstáculo transitório, cuja importância decisiva apareceria na primeira fase de expansão da economia industrial ‘avançada’. Os vínculos posteriores com o mercado internacional poderiam ser do tipo normal nas economias modernas, nas quais sempre há interdependência” (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 165)

industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno nos países latino-americanos, demonstram, em certa medida, uma “diluição” do fenômeno do imperialismo na dinâmica dos países latino-americanos, o que os distancia dos demais representantes da “Teoria” da Dependência.

3. A vertente marxista da dependencia

As formulações de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra devem ser situadas tanto no movimento histórico concreto, quanto na trajetória histórica do pensamento latino-americano. Tendo em vista que a primeira seção foi dedicada à contextualização do momento histórico em que tal pensamento foi erigido e a segunda, à sua apresentação enquanto uma das vertentes da “Teoria” da Dependência, objetiva-se nesta seção construir um breve panorama do lugar ocupado por tais autores na história do pensamento latino-americano. Para a consecução de tal exercício, recorrer-se-á inicialmente a uma concisa biografia dos autores, seguida da apresentação das influências que a vertente marxista carrega em sua conformação, bem como das críticas por ela empreendida à CEPAL, aos Partidos Comunistas latino-americanos e aos foquistas. Por meio desse caminho, acredita-se que será possível apresentar as principais formulações daqueles autores, assim como explicitar sua contribuição ao pensamento latino-americano.

Ruy Mauro Marini, nascido em 1932, na cidade de Barbacena, Minas Gerais, graduou-se em Administração, na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), ligada à Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, instituição na qual iniciou seus estudos na área de ciências sociais e na qual teve a oportunidade de conhecer Alberto Guerreiro Ramos, professor de Sociologia e um dos principais integrantes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Durante o seu curso de graduação obteve, em setembro de 1958, uma bolsa de estudos do governo francês para cursar o Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris, na Sciences Po., onde se dedicou ao estudo sistemático da obra de Karl Marx e de autores marxistas, como Lênin. Nos dois anos vividos na França, período que coincidiu com o auge do desenvolvimentismo na América Latina e no Brasil, Marini estabeleceu contato com o movimento estudantil francês, bem como com o processo de descolonização das colônias francesas, por meio das lutas por libertação nacional travadas na Indochina e na Argélia, fatos que produziram efeitos em seu pensamento, principalmente no que diz respeito à sua interpretação acerca da temática do desenvolvimento. Como o próprio Marini afirma:

As teorias do desenvolvimento, em voga nos Estados Unidos e nos centros europeus, se me revelaram, então, como o que realmente eram: instrumento de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós-guerra pela descolonização. Começa, então, o meu afastamento em relação à CEPAL, fortemente influenciado, ademais, pela minha crescente adscrição ao marxismo. (MARINI, 2005 [1990], pp. 62-63)

Ainda na França, Marini se aproximou do grupo que editava, no Brasil, a revista *Movimento Socialista*, órgão da Juventude do Partido Socialista, grupo ao qual Marini se integraria na fundação da POLOP, em 1961. Regressando ao Brasil, em 1960,

Ruy Mauro Marini reassumiu seu cargo no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), de onde estava afastado desde seu ingresso na EBAP. Somavam-se a isso trabalhos jornalísticos na agência de notícias cubana *Prensa Latina* e no jornal estudantil *O metropolitano*²¹, encarte dominical de *O diário de notícias*.

Theotônio dos Santos Júnior, nascido a 11 de janeiro de 1937, em Carangola, Minas Gerais, teve sua formação intelectual associada “ao período de afirmação do desenvolvimentismo brasileiro entre a segunda gestão do governo Vargas e o governo Kubistchek.” (SANTOS, 1994) Graduiu-se em Sociologia, Política e Administração Pública, pela Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo realizado ali estudos no campo do pensamento social brasileiro (Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré) das Teorias do Desenvolvimento (François Perroux, Gunnar Myrdal, W. W. Rostow, Albert Hirschman, W. A. Lewis, Celso Furtado, Ignácio Rangel), assim como do marxismo (Karl Marx, Friedrich Engels). Durante o período de 1958 a 1961, em que atuou como bolsista e monitor em tempo integral da Faculdade de Ciências Econômicas, teve a oportunidade de travar discussões com grandes intelectuais brasileiros, dentre eles Alberto Guerreira Ramos, Florestan Fernandes, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe. Ao mesmo tempo em que Santos desenvolvia sua atividade intelectual, este se aproximava mais e mais da militância política, o que era, em grande medida, motivado por seu interesse pelo pensamento de esquerda brasileiro.

A formação intelectual de Vânia Bambirra, nascida a 13 de julho de 1940, em Belo Horizonte, Minas Gerais, também se deu na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, onde Bambirra se graduou em Sociologia, Política e Administração Pública, atuando como bolsista em tempo integral na mesma faculdade, entre os anos de 1959 e 1962. Durante esse período, Bambirra entrou em contato com o pensamento isebiano, por meio das conferências proferidas por Roland Corbisier, Gilberto Paim, Álvaro Vieira Pinto, Alberto Guerreiro Ramos, conferências essas que eram dedicadas aos bolsistas da FACE. Bambirra, ao comentar as reações dos bolsistas a essas conferências, afirma:

Todos esses mestres foram intensamente sabatinados por nós, questionados ou glorificados. Éramos contestatários (sic) num sentido positivo. Já por essa época, se começava a gestar na cabeça de alguns de nós, pelo questionamento da teoria ‘cepalina’ e da sua congênere, a ‘isebiana’, os germens ainda muito embrionários da teoria da dependência. (BAMBIRRA, 1991)

Do ponto de vista político, o contato de Vânia Bambirra com a militância de esquerda teve início desde cedo, a partir da figura de seu pai, militante comunista. A participação no movimento estudantil mineiro, no período de faculdade, no qual Bambirra compartilhava com muitos a crítica e o questionamento da linha política do Partido Comunista Brasileiro, anunciava uma militância política ativa, fortemente influenciada pela Revolução Cubana, que se consubstanciaria na fundação da ORM-POLOP. É justamente nesse momento, mais precisamente em 1960, ano que antecede o I Congresso da POLOP, que se situa o encontro das trajetórias intelectuais e políticas

²¹ *O Metropolitano* era produzido por um grupo da União Metropolitana de Estudantes, o qual era formado por César Guimarães, Carlos Diegues, Sílvio Gomes, Rubem César Fernandes, Carlos Estevam Martins, entre outros.

de Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini²².

A partir daí, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, representantes do que se denominou como vertente marxista dependência, tiveram suas trajetórias intelectuais, políticas e, até mesmo, pessoais, entrecruzadas em diversos momentos. Militaram juntos na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), iniciaram suas carreiras acadêmicas docentes na Universidade de Brasília, em 1962 e 1963, compartilharam o período de exílio no Chile e no México, onde, respectivamente, integraram o Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESO) e lecionaram durante longo período na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), retornando, posteriormente, com a reabertura democrática, ao Brasil, onde retomaram suas atividades docentes na Universidade de Brasília, onde tudo começara. (MARINI, 2005 [1990]; BAMBIRRA, 1991; SANTOS, 1994) Tal histórico propiciou, indubitavelmente, discussões e reflexões coletivas acerca das problemáticas e dilemas latino-americanos, debates esses dos quais André Gunder Frank, em grande medida, compartilhou.

A trajetória da constituição dessa vertente da “Teoria” da Dependência esteve associada, em grande medida, à militância política de seus representantes em partidos de esquerda latino-americanos, como a POLOP, partido de esquerda brasileiro que tinha como suas principais referências Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Bukharin, e o *Movimiento Izquierda Revolucionaria* (MIR)²³, no Chile. As reflexões produzidas por tais estudiosos, dessa forma, para além de refletirem críticas à interpretação cepalina acerca do subdesenvolvimento e do processo de industrialização latino-americano, expressavam as discussões e problemáticas que permeavam as organizações de esquerda latino-americanas, e particularmente, brasileiras.

Os integrantes da vertente marxista da dependência, em meio ao contexto de efervescência social e política das décadas de 1950 e 1960, que teve na Revolução Cubana seu auge, depararam-se com diversos questionamentos e debates que foram colocados tanto aos intelectuais quanto aos militantes de partido de esquerda latino-americanos. Vislumbravam-se, naquele momento, possibilidades de transformação da realidade da região, o que demandava estudos e análises sobre temáticas como o caráter da revolução, o sujeito revolucionário, o papel do Estado no processo revolucionário, as táticas e estratégias para a tomada do poder e as características das classes dominantes e trabalhadoras daquele período histórico.

Preocupados com a formulação de um pensamento latino-americano a partir da ótica do capitalismo dependente, o qual marcava profundamente as economias dos países dessa região, tais estudiosos buscaram, a partir do materialismo histórico-dialético, desenvolver reflexões acerca da realidade particular latino-americana, nas quais se inscreviam perspectivas de transformação e de superação da sua

²² Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos já se conheciam antes dessa data. Conheceram-se na UFMG e se casaram, tendo vivido juntos até meados da década de 1980.

²³ A partir da leitura dos memoriais de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra e de outros textos (TRASPADINI; STÉDILE, 2005), é possível depreender que embora Santos e Bambirra estivessem próximos ao MIR, apenas Marini se filiou a este partido. Theotônio dos Santos se filiou ao Partido Socialista Chileno, enquanto Vânia Bambirra, embora não estivesse filiada a nenhum dos dois partidos, esteve próxima de ambos.

dependência, ambas vinculadas à revolução socialista. Os autores, não apenas em seus escritos, mas também em seus memoriais reconhecem a influência que o marxismo teve em suas formulações. (MARINI, 2005 [1990]; BAMBIRRA, 1991; SANTOS, 1994) Desde a teoria do valor de Karl Marx, passando pelas teorias do imperialismo de Vladimir Ilitch Lênin, Rosa Luxemburgo e Nicolai Bukharin e pelos escritos conjuntos de Marx e Friedrich Engels, a herança marxista e marxiana se fizeram presentes tanto em seus escritos, quanto em suas posturas diante da realidade, caracterizando, ademais, suas práxis políticas. A influência marxiana nesses autores se explicita nas análises por eles produzidas, as quais reivindicam o materialismo histórico-dialético como método para a apreensão da realidade concreta (MARINI, 2000 [1973]; BAMBIRRA, 1979 [1973]; SANTOS, 1972 [1968]) e particularmente na tese de Marini acerca da superexploração do trabalho, tese essa que é desenvolvida essencialmente a partir da teoria do valor de Marx. Já a influência do marxismo clássico em Bambirra, Marini e Santos, pode ser percebida fundamentalmente na apropriação crítica que tais autores fizeram dos estudos sobre o imperialismo realizados por Lênin, Luxemburgo e Bukharin. Como afirma Theotônio dos Santos (1970)

O estudo do desenvolvimento do capitalismo nos centros hegemônicos deu origem à teoria do colonialismo e do imperialismo. O estudo do desenvolvimento de nossos países [países latino-americanos] deve dar origem à teoria da dependência.

Por isso devemos considerar limitados os enfoques dos autores da teoria do imperialismo. Tanto Lenin, Bukarin, Rosa Luxemburg, os principais elaboradores marxistas da teoria do imperialismo (...) não abordaram a questão do imperialismo do ponto de vista dos países dependentes. Embora a dependência deva ser situada no quadro global da teoria do imperialismo, ela tem sua realidade própria, que constitui uma legalidade específica no processo global e age sobre ele desta maneira específica. Compreender a dependência, conceituando-a e estudando seus mecanismos e sua legalidade histórica, não significa apenas ampliar a teoria do imperialismo, mas também contribuir para a sua reformulação. (SANTOS, 1970, p. 41)

O pensamento de Marini, Bambirra e Santos, estruturado no âmbito dos debates sobre o sub/desenvolvimento e sobre a dependência latino-americana, embora guardasse relação com um dos principais referenciais explicativos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) - o conceito de centro-periferia - representava uma crítica à análise e às respostas oferecidas pela CEPAL ao subdesenvolvimento dos países da região. Tais autores reconheciam, em seus escritos, o os esforços cepalinos para construir uma perspectiva que refletisse o olhar latino-americano sobre sua própria realidade, bem como seus avanços em relação às teorias econômicas clássicas e às teorias da modernização, mas chamavam atenção para os limites de sua concepção. A vertente marxista da dependência ressaltava que a desigualdade centro-periferia, caracterizada pela CEPAL como transferências de renda, representavam, na verdade, transferências de valor. Marini, em sua obra *Dialética da Dependência* (2000 [1973]) evidencia como tais transferências estão assentadas no processo de superexploração do trabalho na periferia. Segundo Marini (2000 [1973]) as nações periféricas, desfavorecidas pelo intercâmbio desigual, procuram compensar suas perdas de renda geradas pelo comércio internacional através do aumento da exploração do trabalhador, o que se dá por mecanismos como o incremento da intensidade do trabalho, o prolongamento das jornadas de trabalho e a expropriação

de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho. Tais mecanismos, empregados com o intuito de aumentar a mais-valia absoluta, implicam em uma remuneração dos trabalhadores abaixo de seu valor, o que, por sua vez, constitui uma superexploração do trabalho.

Marini (2000 [1973]), Bambirra (1979 [1973]) e Santos (1972 [1968]), desvelaram ainda a estratégia de industrialização propugnada pela CEPAL, afirmando que esta não conduziria ao rompimento da dependência latino-americana, mas sim ao seu recrudescimento. Para essa vertente, a dependência dos países periféricos constituiria um elemento intrínseco ao sistema capitalista, e, mais que isso, necessário ao seu desenvolvimento e à sua reprodução. Dessa forma, sua superação só poderia estar associada à superação da própria lógica de acumulação e do modo de produção capitalista.

No que tange ao pensamento marxista latino-americano, os autores da vertente marxista da dependência, a partir de suas obras, estabeleceram diálogo com os partidos comunistas latino-americanos e com os “foquistas”²⁴, remetendo a ambos críticas às suas interpretações acerca da realidade latino-americana e às suas formulações táticas e estratégicas do processo revolucionário na região. Marini (1977 [1969]), Bambirra (1971) e Santos (1972 [1968]) identificavam nas análises empreendidas pelos Partidos Comunistas latino-americanos graves incongruências, as quais os conduziam à adoção de táticas e estratégias políticas errôneas.

A crítica aos Partidos Comunistas principiava na forma como suas análises eram produzidas: tratava-se, segundo aqueles autores, de uma transposição mecânica das formulações erigidas no Partido Comunista da União Soviética acerca da realidade soviética, para a América Latina. Tal interpretação não correspondia, segundo aqueles autores, ao marxismo, como o concebiam – materialismo histórico-dialético –, nem às particularidades do processo histórico, das formações sociais e econômicas latino-americanas. Com relação ao seu conteúdo interpretativo, Bambirra, Marini e Santos se opunham à tese de que os países latino-americanos, por permanecerem, todavia, em um estágio feudal, deveriam realizar antes suas revoluções democrático-burguesas, para depois, empenharem-se em uma revolução de caráter socialista. Para aqueles autores, o caráter da revolução na América Latina deveria ser anticapitalista, uma vez que a formação social e econômica dos países da região era capitalista, e não feudal, como afirmavam os militantes dos Partidos Comunistas. Do mesmo modo, tais autores discordavam do papel e do caráter atribuído à burguesia nacional na revolução. Em contraposição ao caráter progressista e nacional conferido pelos Partidos Comunistas à burguesia latino-americana, a vertente marxista da dependência acentuava seu caráter contraditório, uma vez que ela estava, em grande medida, associada aos interesses imperialistas e não poderia, dessa maneira, aliar-se à classe trabalhadora em uma luta contra o imperialismo. (MARINI, 1977 [1969]; BAMBIRRA, 1971; SANTOS, 1972 [1968])

²⁴ Os foquistas eram integrantes de organizações de esquerda latino-americanas que encontravam no foquismo sua tática e estratégia revolucionárias. Tendo como principais formuladores Ernesto Guevara – Che Guevara – e Régis Debray, o foquismo concebia que o início da luta insurrecional deveria se dar por meio da criação de focos guerrilheiros. (BAMBIRRA, 1971, p. 56) Para um estudo mais aprofundado sobre o foquismo, consultar: DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução?*. Havana: Casa de las Américas, 1967

Os “foquistas”, por sua vez, foram criticados pelos autores, e, particularmente por Vânia Bambirra, em seu artigo *The errors of the foco theory* (1968), por subestimarem a necessidade de um Partido estruturado, a relevância da formação ideológica de seus militantes e o papel político do proletariado na luta insurrecional. Dentro da concepção foquista, a formação tanto do Partido, quanto dos revolucionários se daria na própria luta, não sendo, portanto, necessária a formação política de seus quadros. De acordo com Bambirra (1971, p. 57), o imediatismo foquista “escondia uma arraigada concepção elitista que relegava a um segundo plano a organização e a participação criativa das massas, reduzindo seu papel, quando muito, a apoiar ativamente o movimento guerrilheiro”. Ao privilegiarem os focos guerrilheiros como tática política, conferindo centralidade à luta armada, os foquistas subordinavam o partido à força da guerrilha e o político ao militar. (BAMBIRRA, 1968, p. 18) A autora contrapõe-se a tal tática e chama a atenção para o papel que tanto a luta ideológica, quanto a luta política assumem na formação de um quadro político. Para Bambirra, a luta armada não é suficiente no processo de formação de consciência revolucionária. (BAMBIRRA, 1968)

4. Considerações finais

A compreensão do pensamento formulado no interior da vertente marxista da dependência pressupõe não apenas a leitura e a interpretação das obras de seus autores, mas também, e em igual medida, um olhar cuidadoso e atento sobre o contexto – as determinações sociais, econômicas e políticas – em meio ao qual tal pensamento se constituiu. No caso de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, suas reflexões se inscreveram em um momento de crise do capitalismo dependente latino-americano, em que novas organizações de esquerda se estruturavam como alternativas às esquerdas tradicionais - representadas pelos Partidos Comunistas latino-americanos - em um movimento de questionamento e enfrentamento à ordem capitalista mundial. Tal crise se via refletida no campo do pensamento latino-americano, o qual se ressignifica a partir da crítica ao desenvolvimentismo cepalino. Tais processos são determinantes à emergência da vertente marxista da dependência, como salienta Marini:

Parte integrante do desenvolvimentismo foi a crítica exercida sobre ele, no curso da primeira metade da década de 60, por parte de uma intelectualidade que se formara sob sua influência, mas que não pertencia a essa corrente de pensamento. Este ponto requer, porém, ser tratado com cuidado, já que não se pode ver o desenvolvimento das ideologias como mero desdobramento delas mesmas. De fato, o pensamento que se vai estruturar mais adiante, na segunda metade da década, não constitui uma simples resposta ao desenvolvimentismo: ele foi também, numa ampla medida, o resultado das lutas que se registram no interior da esquerda. (MARINI, 1992, p. 85)

Marini, Bambirra e Santos, ao dialogarem criticamente tanto com o pensamento cepalino, quanto com o marxismo latino-americano, introduziram importantes contribuições ao pensamento latino-americano, quais sejam: o desvelamento da estratégia de industrialização ensejada pela CEPAL como solução para os entraves ao desenvolvimento dos países latino-americanos; a interpretação da realidade concreta latino-americana e do fenômeno da dependência a partir de uma

perspectiva marxista; a crítica às interpretações dos partidos comunistas latino-americanos, bem como às suas táticas e estratégias políticas; o engajamento e a práxis revolucionária socialista sob os quais estavam assentados não apenas seus escritos, mas também suas militâncias políticas.

Embora as análises e teses formuladas no interior da vertente marxista da dependência, tenham se difundido não só na América Latina, mas também por diversos países do mundo, ela teve pouca expressão e reconhecimento no Brasil. As referências à “Teoria” da Dependência no Brasil são majoritariamente associadas à vertente dependentista representada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. O ostracismo intelectual e político a que foram submetidos os autores da corrente marxista pode ser identificado no fato de algumas de suas obras, principalmente no que se refere a Marini e a Bambirra, não terem sido traduzidas para o português e não circularem pelo país. A marginalização desses autores não se explica apenas pelo conteúdo teórico por eles produzido, mas também pela militância política que eles exerceram.

Bibliografía

BAMBIRRA, Vânia (1968), "The errors of the foco theory", *Monthly Review*, v. 20, n. 03, pp. 28-35.

_____, (1971), "Diez años de insurrección en América Latina", In: BAMBIRRA, Vânia, *Diez años de insurrección en América Latina*, Prensa Latino-americana, Santiago de Chile, pp. 27-75.

_____, *El capitalismo dependiente latinoamericano*, Siglo veintiuno, Mexico D.F, 1979 [1973].

_____, *Memorial*, Brasília, 1991 (mimeo).

BIELSCHOWSKY, Ricardo (2000), "Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha", In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.), *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, Record, Rio de Janeiro, pp. 15-68.

BLOMSTRÖM, Magnus e HETTNE, Björn, *La teoría del desarrollo económico en transición*, Fondo de Cultura Económica, Mexico D. F., 1990.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2005), "Do ISEB e da Cepal à Teoria da Dependência", In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.), *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*, Editora Revan, Rio de Janeiro, pp. 201-232.

BULLMER-THOMAS, Victor (2005), "As economias latino-americanas, 1929-1939". In: BETHELL, Leslie (Org.), *História da América Latina – A América Latina após 1930: Economia e Sociedade*, Volume VI, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, pp. 19-76.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo, *Dependency and development in Latin America*, University of California Press, Berkeley, 1979.

_____, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004 [1970].

DONGHI, Tulio Halperin, *História da América Latina*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

FALETTO, Enzo (1998), "Los años 60 y el tema de la dependencia", *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.12, nº. 33, pp.109-117.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo; MUÑOZ, Oscar; PALMA, José Gabriel (2005), "As economias latino-americanas, 1950-1990", In: BETHELL, Leslie (Org.), *História da América Latina – A América Latina após 1930: Economia e Sociedade*, Volume VI, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, pp.129-228.



FURTADO, Celso, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1965.

FRANK, André Gunder (1966), "The development of underdevelopment", *Monthly Review*, v.18, n. 4, pp. 17-33.

_____, *The Underdevelopment of Development: essays in honor of André Gunder Frank*, Sage publication, 1996.

LEWIS, W. Arthur, *A teoria do desenvolvimento econômico*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1960.

MARINI, Ruy Mauro, *Subdesarrollo y revolución*, Siglo veintiuno, Mexico DF, 1977 [1969].

_____, (1977), "La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo", *Cuadernos Políticos*, México DF, n. 12, pp. 21-39.

_____, *América Latina: independência e integração*, Brasil Urgente, São Paulo, 1992.

_____, "Presentación" (1994), In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Márgara (org.), *La teoría social latinoamericana: textos escogidos*, Tomo II La teoría de la dependencia, Universidad Nacional Autónoma de México, México, pp. 09-11.

_____, "Presentación" (1999), In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Márgara (org.), *La teoría social latinoamericana*, Tomo II Subdesarrollo y dependencia, El Caballito, México, pp. 11-14.

_____, *Dialética da dependência*, Vozes, Petrópolis, 2000 [1973].

_____, "Memórias" (2005 [1990]), In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João P. (org.), *Ruy Mauro Marini, vida e obra*, Expressão Popular, São Paulo, pp. 57-134.

MELLO, João Manuel Cardoso de, *O Capitalismo Tardio*, Brasiliense, São Paulo, 1994.

PREBISCH, Raúl (1986), "El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas", *Desarrollo económico*, v. 26, n. 103, pp. 479-502.

RICARDO, David, *Princípios de economia política e tributação*, Nova Cultural, São Paulo, 1996.

ROSTOW, W. W., *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1974.

SANTOS, Theotônio dos, *Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano*, Prensa Latinoamericana, Santiago, 1972 [1968].

_____, *Dependencia y cambio social*, CESO, Santiago de Chile, 1970.

_____, *Memorial*, Niterói, 1994 (mimeo).

_____, *A Teoria da Dependência – Balanços e Perspectivas*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

SUNKEL, Oswaldo e PAZ, Pedro, *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*, Siglo veintiuno, México, 2005.

THORP, Rosemary (2005), “As economias latino-americanas, 1939-1950”, In: BETHELL, Leslie (Org.), *História da América Latina – A América Latina após 1930: Economia e Sociedade*, Volume VI, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, pp. 77-127.

WEFFORT, Francisco, *O populismo na política brasileira*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

Colección de Documentos de Trabajo del IELAT

DT 1: Jaime E. Rodríguez O., *México, Estados Unidos y los Países Hispanoamericanos. Una visión comparativa de la independencia*. Mayo 2008.

DT 2: Ramón Casilda Béjar, *Remesas y Bancarización en Iberoamérica*. Octubre 2008.

DT 3: Fernando Groisman, *Segregación residencial socioeconómica en Argentina durante la recuperación económica (2002 – 2007)*. F. Abril 2009

DT 4: Eli Diniz, *El post-consenso de Washington: globalización, estado y gobernabilidad reexaminados*. Junio 2009.

DT 5: Leopoldo Laborda Catillo, Justo de Jorge Moreno y Elio Rafael De Zuani, *Externalidades dinámicas y crecimiento endógeno. Análisis de la flexibilidad de la empresa industrial español*. Julio 2009

DT 6: Pablo de San Román, *Conflicto político y reforma estructural: la experiencia del desarrollismo en Argentina durante la presidencia de Frondizi (1958 - 1962)*. Septiembre 2009

DT 7: José L. Machinea, *La crisis financiera y su impacto en America Latina*. Octubre 2009.

DT 8: Arnulfo R. Gómez, *Las relaciones económicas México- España (1977-2008)*. Noviembre 2009.

DT 9: José Lázaro, *Las relaciones económicas Cuba- España (1990-2008)*. Diciembre 2009.

DT 10: Pablo Gerchunoff, *Circulando en el laberinto: la economía argentina entre la depresión y la guerra (1929-1939)*. Enero 2010.

DT 11: Jaime Aristy-Escuder, *Impacto de la inmigración haitiana sobre el mercado laboral y las finanzas públicas de la República Dominicana*. Febrero 2010.

DT 12: Eva Sanz Jara, *La crisis del indigenismo mexicano: antropólogos críticos y asociaciones indígenas (1968 - 1994)*. Marzo 2010.

DT 13: Joaquín Varela, *El constitucionalismo español en su contexto comparado*. Abril 2010.

DT 14: Justo de Jorge Moreno, Leopoldo Laborda y Daniel Sotelsek, *Productivity growth and international openness: Evidence from Latin American countries 1980-2006*. Mayo 2010.

DT 15: José Luis Machinea y Guido Zack, *Progresos y falencias de América Latina en los años previos a la crisis*. Junio 2010.

DT 16: Inmaculada Simón Ruiz, *Apuntes sobre historiografía y técnicas de investigación en la historia ambiental mexicana*. Julio 2010.

DT 17: Julián Isaías Rodríguez, Belín Vázquez y Ligia Berbesi de Salazar, *Independencia y formación del Estado en Venezuela*. Agosto 2010.

DT 18: Juan Pablo Arroyo Ortiz, *El presidencialismo autoritario y el partido de Estado en la transición a la economía de libre mercado*. Septiembre 2010.

DT 19: Lorena Vásquez González, *Asociacionismo en América Latina. Una Aproximación*. Octubre 2010.

DT 20: Magdalena Díaz Hernández, *Anversos y reversos: Estados Unidos y México, fronteras socio-culturales en La Democracia en América de Alexis de Tocqueville*. Noviembre de 2010.

DT 21: Antonio Ruiz Caballero, *¡Abre los ojos, pueblo americano! La música hacia el fin del orden colonial en Nueva España*. Diciembre de 2010.

DT 22: Klaus Schmidt- Hebbel, *Macroeconomic Regimes, Policies, and Outcomes in the World*. Enero de 2011

DT 23: Susanne Gratius, Günther Maihold y Álvaro Aguillo Fidalgo. *Alcances, límites y retos de la diplomacia de Cumbres europeo-latinoamericanas*. Febrero de 2011.

DT 24: Daniel Díaz- Fuentes y Julio Revuelta, *Crecimiento, gasto público y Estado de Bienestar en América Latina durante el último medio siglo*. Marzo de 2011.

DT 25: Vanesa Ubeira Salim, *El potencial argentino para la producción de biodiésel a partir de soja y su impacto en el bienestar social*. Abril de 2011.

DT 26: Hernán Núñez Rocha, *La solución de diferencias en el seno de la OMC en materia de propiedad intelectual*. Mayo de 2011.

DT 27: Itxaso Arias Arana, Jhonny Peralta Espinosa y Juan Carlos Lago, *La intrahistoria de las comunidades indígenas de Chiapas a través de los relatos de la experiencia en el marco de los procesos migratorios*. Junio 2011.

DT 28: Angélica Becerra, Mercedes Burguillo, Concepción Carrasco, Alicia Gil, Lorena Vásquez y Guido Zack, *Seminario Migraciones y Fronteras*. Julio 2011.

DT 29: Pablo Rubio Apiolaza, *Régimen autoritario y derecha civil: El caso de Chile, 1973-1983*. Agosto 2011.

DT 30: Diego Azqueta, Carlos A. Melo y Alejandro Yáñez, *Clean Development Mechanism Projects in Latin America: Beyond reducing CO2 (e) emissions. A case study in Chile*. Septiembre 2011.

DT 31: Pablo de San Román, *Los militares y la idea de progreso: la utopía modernizadora de la revolución argentina (1966-1971)*. Octubre 2011.

DT 32: José Manuel Azcona, *Metodología estructural militar de la represión en la Argentina de la dictadura (1973-1983)*. Noviembre 2011.

DT 33: María Dolores Almazán Ramos, *El discurso universitario a ambos lados del Atlántico*. Diciembre 2011.

DT 34: José Manuel Castro Arango, *La cláusula antisubcapitalización española: problemas actuales*. Enero 2012.

DT 35: Edwin Cruz Rodríguez, *La acción colectiva en los movimientos indígenas de Bolivia y Ecuador: una perspectiva comparada*. Febrero 2012.

DT 36: María Isabel Garrido Gómez (coord.), *Contribución de las políticas públicas a la realización efectiva de los derechos de la mujer*. Marzo 2012.

DT 37: Javier Bouzas Herrera, *Una aproximación a la creación de la nación como proyecto político en Argentina y España en los siglos XIX y XX. Un estudio comparativo*. Abril 2012.

DT 38: Walther L. Bernecker, *Entre dominación europea y estadounidense: independencia y comercio exterior de México (siglo XIX)*. Mayo 2012.

DT 39: Edel José Fresneda, *El concepto de Subdesarrollo Humano Socialista: ideas nudo sobre una realidad social*. Junio 2012.

DT 40: Sergio A. Cañedo, Martha Beatriz Guerrero, Elda Moreno Acevedo, José Joaquín Pinto e Iliana Marcela Quintanar, *Fiscalidad en América Latina. Monográfico Historia*. Julio de 2012.

DT 41: Nicolás Villanova, *Los recuperadores de desechos en América Latina y su vínculo con las empresas. Un estudio comparado entre diferentes países de la región y avances para la construcción de una hipótesis*. Agosto de 2012.

DT 42: Juan Carlos Berganza, María Goenaga Ruiz de Zuazu y Javier Martín Román, *Fiscalidad en América Latina. Monográfico Economía*. Septiembre de 2012.

DT 43: Emiliano Abad García, *América Latina y la experiencia postcolonial: identidad subalterna y límites de la subversión epistémica*. Octubre 2012.

DT 44: Sergio Caballero Santos, *Unasur y su aporte a la resolución de conflictos sudamericanos: el caso de Bolivia*. Noviembre 2012.



Todas las publicaciones están disponibles en la página Web del Instituto: www.ielat.es

© Instituto de Estudios Latinoamericanos (IELAT)

Los documentos de trabajo que IELAT desarrolla contienen información analítica sobre distintos temas y son elaborados por diferentes miembros del Instituto u otros profesionales colaboradores del mismo. Cada uno de ellos ha sido seleccionado y editado por el IELAT tras ser aprobado por la Comisión Académica correspondiente.

Desde el IELAT animamos a que estos documentos se utilicen y distribuyan con fines académicos indicando siempre la fuente. La información e interpretación contenida en los documentos son de exclusiva responsabilidad del autor y no necesariamente reflejan las opiniones del IELAT.

Instituto de Estudios Latinoamericanos
Colegio de Trinitarios
C/Trinidad 1 – 28801
Alcalá de Henares (Madrid)
España
34 – 91 885 2579
ielat@uah.es
www.ielat.es

P.V.P.: 20 €

Con la colaboración de:

